

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.429 - MG (2019/0233132-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : LUISA DOMENIQUE MARQUES VIANA (PRESO)
ADVOGADO : MARCELO DA SILVA E OUTRO(S) - MG185318
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por LUISA DOMENIQUE MARQUES VIANA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (*Habeas Corpus* n. 1.0000.19.072215-7/000).

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau reconheceu que o delito de tráfico privilegiado é considerado crime comum e determinou a retificação do atestado de pena (e-STJ fls. 219-220).

O Tribunal de origem não conheceu do prévio *writ* impetrado pela defesa (e-STJ fls. 150-160).

Neste recurso, sustenta a defesa, em síntese, que a recorrente faz jus ao benefício de indulto ou a progressão de sua pena com o cumprimento de 1/6 (um sexto) da reprimenda corporal em razão de sua condenação não ter se dado pelo cometimento de crime hediondo.

Requer o provimento do recurso para que seja concedido o benefício de indulto ou a progressão de regime em favor da reeducanda e a concessão do indulto do Dia das Mães do ano de 2018.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 208-209).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 213-215 e 218-234).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do recurso ordinário em *habeas corpus* (e-STJ fls. 236-237).

É o relatório.

Conforme as informações prestadas pelo Tribunal local (e-STJ fl. 229), em 11/7/2019, foi deferida parcialmente a Revisão Criminal n. 1.0000.19.007319-7/000, apenas para afastar, de ofício, o caráter hediondo que havia sido reconhecido quanto ao delito do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, devendo o Juízo da VEC atualizar os dados referentes à execução provisória da pena, já iniciada.

O Juízo da VEC, por sua vez, noticiou (e-STJ fl. 233) que, em atendimento ao decidido na referida revisão criminal, os estágios de progressão de regime foram devidamente recalculados, anotando-se a data em que foi atingido o tempo para o respectivo deferimento da benesse.

Ademais, com relação ao pedido de deferimento do indulto do Dia das Mães de 2018, a data comemorativa referida já transcorreu, não sendo devida a concessão da benesse.

Verifica-se, pois, a perda do objeto deste recurso.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do

Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado este recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Após ciência do Ministério Público Federal e o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos.

Brasília, 06 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI

Relator

